



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026

ANEXO VII

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos.....(.....) dias do mês dede dois mil e vinte e seis, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA, neste ato representado pela Prefeita Interina, Jussara Maria da Silva, inscrito no CNPJ/MF sob nº 87.99.800/0001-85, com sede na Avenida Flores da Cunha, nº 2209, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro a empresa....., com sede, cidade de....., CNPJ....., aqui denominada FORNECEDORA, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, conforme homologada às fls....., datada(s) de....., atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026, para a **aquisição de mobiliários diversos de escritório, sob o Sistema de Registro de Preços**, conforme edital e anexos, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Municipal nº 7589/2022.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto a Aquisição de mobiliários diversos de escritório, sob o Sistema de Registro de Preços, conforme edital e anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O preço é o constante das propostas vencedoras da licitação, correspondente a preços unitários e quantitativos, de acordo com a tabela abaixo:

ITEM	PRODUTO – DESCRIÇÃO	UNID.	QTD	MARCA/ FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CADEIRA FIXA: ASSENTO EM POLIPROPILENO, COM BRAÇOS Base e braços em aço com pintura epóxi preta. Assento, encosto e apoio de braços em polipropileno de alta resistência, na cor grafite, pé com ponteiros de borracha.	UN			R\$	R\$



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	Medidas aproximadas: L55cm X A85cm X P55cm. Peso estimado 5Kg. Todas as unidades deverão ter garantia contra defeitos de fabricação de no mínimo 1 ano.					
2	CADEIRA FIXA: ASSENTO EM POLIPROPILENO, SEM BRAÇOS. Base em aço com pintura epóxi preta. Assento e encosto em polipropileno de alta resistência, na cor grafite, pé com ponteiros de borracha. Medidas aproximadas: L55cm X A85cm X P55cm. Peso estimado 4,5Kg. Todas as unidades deverão ter garantia contra defeitos de fabricação de no mínimo 1 ano.	UN			R\$	R\$
3	CADEIRA GIRATÓRIA MODELO DIGITADOR COM RODIZIO Cadeira giratória do tipo digitador, com rodizio, sem braços, encosto e assento em couro na cor preta, revestido com espuma injetada, ambos com espessura mínima de 50mm, base do tipo estrelada, confeccionada em polipropileno com 05 rodízios, assento com ajuste de altura com pistão a gás. Medidas aproximadas do assento: 42cm de largura, profundidade 38 cm, capacidade 110 kg. Todas as unidades deverão ter garantia contra defeito de fabricação de no mínimo 1 ano.	UN			R\$	R\$
4	CADEIRA GIRATÓRIA MODELO SECRETÁRIA COM RODIZIO E COM BRAÇOS Cadeira giratória modelo secretária, com rodízios, com braços, encosto e assento em couro na cor preta,	UN			R\$	R\$



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	revestido com espuma injetada, ambos com espessura mínima de 50mm, base do tipo estrelada, confeccionada em polipropileno com 05 rodízios, assento com ajuste de altura com pistão a gás. Medidas aproximadas do encosto: altura 42 cm e profundidade 38 cm. Capacidade 110kg. Todas as unidades deverão ter garantia contra defeito de fabricação de no mínimo 1 ano.					
5	CADEIRA GIRATÓRIA MODELO DIRETOR COM RODIZIO E COM BRAÇOS Cadeira giratória tipo diretor com braços. Atender as normas NR 17. Encosto e assento em courino na cor preta, revestido com espuma injetada de lata densidade, ambos com espessura mínima de 50mm. Base do tipo estrelada, confeccionada em polipropileno com 05 rodízios. Assento com ajuste de altura com pistão a gás. O encosto deve possuir mecanismo regulável de inclinação ajustável (back system). Braços com altura regulável. Capacidade mínima 120 kg. Medidas aproximadas: assento L 49cm X Prof 48cm e encosto: L46cm X A48cm. Todas as unidades deverão ter garantia contra defeito de fabricação de no mínimo 1 ano.	UN			R\$	R\$
6	ARMÁRIO DUAS PORTAS E PRATELEIRA INTERNAS Armário alto com duas portas confeccionado em MDP de 15mm, revestido em melamínico de baixa pressão, na cor cinza, acabamento das bordas em perfil PVC, móvel	UN			R\$	R\$



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	composto por duas portas individuais, contendo fechaduras e chaves, internamente 4 prateleiras. Dimensões aproximadas: 160X80X45cm (AXLXP). Todas as unidades deverão ter garantia contra defeito de fabricação de no mínimo 1 ano.					
7	GAVETEIRO VOLANTE com 4 gavetas com chaves, tamanho aproximado: 46cm X40cm X67cm. Gaveteiro em MDP de 15 mm, na cor cinza melamínico (incluindo acabamentos), puxadores cinza em plástico ABS, com rodízios e chave. A empresa deve entregar o produto montado. Todas as unidades deverão ter garantia contra defeito de fabricação de no mínimo 1 ano.	UN			R\$	R\$
8	MESA PARA ESCRITÓRIO 120cmX60cmX75cm. Mesa escritório em MDP, tamanho 120cmX60cmX75cm com gavetas. Mesa reta básica, contendo 02 gavetas com chave (25cmX35cmX10cm) com puxadores cinza em plástico ABS, tampo de 25mm, com furação para fios em uma das extremidades do tampo. Estrutura em metal todo na cor cinza claro. A empresa deverá entregar o produto montado. Todas as unidades deverão ter garantia contra defeito de fabricação de no mínimo 1 ano.	UN			R\$	R\$
9	MESA PARA ESCRITÓRIO 140cmX60cmX75cm. Mesa escritório em MDP, tamanho 140cmX60cmX75cm com gavetas. Mesa reta básica, contendo 02	UN			R\$	R\$



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	gavetas com chave (25cmX35cmX10cm) com puxadores cinza em plástico ABS, tampo de 25mm, com furação para fios em uma das extremidades do tampo. Estrutura em metal todo na cor cinza claro. A empresa deverá entregar o produto montado. Todas as unidades deverão ter garantia contra defeito de fabricação de no mínimo 1 ano.					
10	MÓVEL EM FORMA DE ESTAÇÃO DE TRABALHO 120cmX120cm. Mesa, estação de trabalho em “L” em MDF (para ilha) tampo 25mm, tamanho aproximado 120cmX120cmX65cmX0,75cm de altura, na cor cinza, com furação para fios. Estrutura em metal todo na cor cinza claro. A empresa deve entregar o produto montado. Todas as unidades deverão ter garantia contra defeito de fabricação de no mínimo 1 ano.	UN			R\$	R\$
11	MÓVEL EM FORMA DE ESTAÇÃO DE TRABALHO 140cmX140cm. Mesa, estação de trabalho em “L” em MDF (para ilha) tampo 25mm, tamanho aproximado 140cmX140cmX65cmX0,75cm de altura, na cor cinza, com furação para fios. Estrutura em metal todo na cor cinza claro. A empresa deve entregar o produto montado. Todas as unidades deverão ter garantia contra defeito de fabricação de no mínimo 1 ano.	UN			R\$	R\$
12	MESA DE REUNIÃO REDONDA. Mesa redonda em MDP. Tamanho aproximado: 120cmX0,75cm, reta	UN			R\$	R\$



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	básica em MDP 15mm, na cor cinza melamínica. Estrutura em metal todo na cor cinza claro. A empresa deve entregar o produto montado. Todas as unidades deverão ter garantia contra defeito de fabricação de no mínimo 1 ano.					
13	CADEIRA ESCRITÓRIO PRESIDENTE. Material estrutura aço cromado, material revestimento assento e encosto em couro, material encosto espuma injetada, material assento espuma injetada, tipo base giratória com 5 rodízios duplos, tipo encosto espaldar alto, apoio braço com braços, cor preta, tipo sistema regulagem vertical a gás, características adicionais tipo poltrona presidente, braços em couro. Dimensões aproximadas: largura mínima de 60cm, profundidade mínima de 58 cm e altura total regulável entre aproximadamente 105cm e 120cm. A empresa deve entregar o produto montado. Todas as unidades deverão ter garantia contra defeito de fabricação de no mínimo 1 ano.	UN			R\$	R\$
14	ROUPEIRO DE AÇO COM 12 PORTAS. Roupeiro de aço com 12 portas ventiladas, chapa 26 com pitão de cadeado, medindo aproximadamente 198X90X40, cor cinza. A empresa deve entregar o produto montado. Todas as unidades deverão ter garantia contra defeito de fabricação de no mínimo 1 ano.	UN			R\$	R\$
15	ARQUIVO DE AÇO. Arquivo de aço com 4 gavetas, chapa 24, com	UN			R\$	R\$



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	carrinho telescópico, com dimensões de aproximadamente 134X45X50, cor cinza.					
16	CADEIRA GIRATÓRIA COM BRAÇOS REGULÁVEIS. Cadeira giratória com braços reguláveis – material: polipropileno, tela de alta resistência e base de nylon, rodízio em nylon com borda de pu (poliuretano) cor disponível: preto, peso suportado: 150kg dimensões C47Xl64,5XA102-112 cm. Altura assento 43-53 com densidade da espuma: 55g/cm³ (espuma injetada) características: regulagem de altura do assento/regulagem de altura dos braços/assento com espuma injetada/regulagem da inclinação do encosto/sistema sincronizado (travamento do encosto em qualquer posição)/ apoio da lombar/ ergonômica – certificação NR 17 certificação ergonômica NR 17. Todas as unidades deverão ter garantia contra defeito de fabricação de no mínimo 1 ano.	UN			R\$	R\$
17	LONGARINA METÁLICA 3 LUGARES. Longarina metálica com 3 lugares, barra de aço 40X80mm com 1,5mm de espessura pintura eletrostática na cor preta, apoio de braços anatômico cromado, pés formato de Y cromados com sapatas niveladoras, assento e encosto concha única estruturado em chapa de aço perfurada acabamento em pintura epóxi cor prata brilhante, frisos laterais cromados, estofamento em courino PVC preto. Modelo: Longarina 3 lugares com estofado. Dimensões/montado:	UN			R\$	R\$



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	aproximadamente larg 1,75m X prof 0,58 cm X Alt 0,76 cm. Capacidade/peso suportado: 150kg por assento. A empresa deve entregar o produto montado. Todas as unidades deverão ter garantia contra defeito de fabricação de no mínimo 1 ano.					
18	LONGARINA METÁLICA 4 LUGARES. Longarina metálica com 4 lugares, barra de aço 40X80mm com 1,5mm de espessura pintura eletrostática na cor preta, apoio de braços anatômico cromado, pés formato de Y cromados com sapatas niveladoras, assento e encosto concha única estruturado em chapa de aço perfurada acabamento em pintura epóxi cor prata brilhante, frisos laterais cromados, estofamento em courino PVC preto. Modelo: Longarina 4 lugares com estofado. Dimensões/montado: aproximadamente larg 2,36m X prof 0,58 cm X Alt 0,68 cm. Capacidade/peso suportado: 150kg por assento. A empresa deve entregar o produto montado. Todas as unidades deverão ter garantia contra defeito de fabricação de no mínimo 1 ano.	UN			R\$	R\$
19	ARQUIVO 4 GAVETAS EM MDP. Arquivo com 4 gavetas e, MDP melamínico. Possui suporte para pastas suspensas nas 4 gavetas. Medidas aproximadas: 1270cm x 450cm x 465 cm. Peso bruto aproximado: 44kg cor cinza. A empresa deve entregar o produto montado. Todas as unidades deverão ter	UN			R\$	R\$



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ATUALIZAÇÃO/REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

3.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

3.1.3. Na hipótese de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, mediante reajustamento, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, devendo ser respeitada a contagem da anualidade a partir da data do orçamento estimado e aplicado o previsto no artigo 1º, inciso II do Decreto Municipal 5807/2015, IPCA (IBGE) ou INPC (IBGE);

3.2. Nas hipóteses dos itens 3.1.1 e 3.1.2, o fornecedor deverá solicitar a revisão dos preços registrados (reequilíbrio econômico-financeiro) por e-mail dirigido para contratos.smed@cachoeirinha.rs.gov.br, anexando os seguintes documentos:

- a) Planilha de custos, contendo data e número das Notas Fiscais, bem como o valor dos produtos, demonstrando a efetiva alta de preços e suas respectivas variações percentuais;
- b) Pesquisa de preço dos produtos realizada junto a outros fornecedores, distintos dos atuais;
- c) Notas fiscais de aquisição dos produtos e demais documentos que julgar pertinentes que demonstre que o fornecimento se tornou inviável nas condições inicialmente pactuadas.

3.3. A decisão a respeito do pedido de revisão dos preços registrados (reequilíbrio econômico-financeiro) será proferida em conjunto pelo Secretário Municipal, pelo Gestor e pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, no prazo de 30 dias do recebimento do pedido, desde que acompanhada da documentação comprobatória.

3.4. O fornecedor não poderá suspender o fornecimento enquanto pendente de decisão o pedido de revisão dos preços registrados (reequilíbrio econômico-financeiro).

3.5. Compete ao Gestor da Ata de Registro de Preços enviar a documentação pertinente para a Superintendência de Compras e Licitações, mediante memorando assinado em conjunto com o



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Secretário Municipal, para a formalização dos procedimentos relativos ao reequilíbrio e reajuste do preço, observado o prazo de 15 (quinze) dias de antecedência em relação à data de confecção do termo de apostilamento ou aditamento;

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E GESTÃO DA ATA

4.1. O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias a contar da data de recebimento da Nota Fiscal/Fatura, mediante crédito em conta-corrente devendo o fornecedor informar o número do banco, da agência e conta bancária, ou através de banco credenciado, a critério da Administração.

4.2. O pagamento somente será realizado após avaliação da quantidade, qualidade e prestação do serviço contratado.

4.3. Os recursos utilizados para pagamento da referida despesa correrão por conta de dotações orçamentárias da Secretaria demandante, quando do recebimento da Solicitação de Compras pelo Departamento de Compras e Licitações.

4.4. Quando ocorrer atraso de pagamento pela Contratante (Administração), a Contratada fará jus a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da nota fiscal a ser paga, acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo IPCA (IBGE).

4.5. Ocorrendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à CONTRATADA para retificação, ficando estabelecido que o pagamento será efetuado após a apresentação da nova Nota Fiscal/Fatura retificada, iniciando-se nova contagem de tempo.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. O contrato de fornecimento só estará caracterizado mediante o recebimento da solicitação pelo fornecedor.

5.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior ao seu vencimento.

5.3. Os produtos deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente aos quantitativos solicitados na nota de empenho.

5.4. O fornecedor obriga-se a manter, durante o período da execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo a documentação ser exigida por ocasião dos fornecimentos.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

5.5. Os produtos deverão ser entregues nas quantidades indicadas na respectiva nota de empenho, não sendo admitida como justificativa para o descumprimento da entrega o valor global do empenho.

5.6. Após a solicitação formal do fornecimento, o fornecedor terá o prazo de 15 (quinze) dias consecutivos para realizar a entrega do objeto.

5.7. O local de entrega dos materiais será aquele expressamente indicado na respectiva nota de empenho, observadas as necessidades da Administração e a vinculação à Ata de Registro de Preços, podendo a entrega ocorrer em qualquer dos endereços abaixo relacionados, conforme demanda do órgão requisitante, conforme anexo V.

5.8. O fornecedor deverá realizar a entrega diretamente no local indicado na nota de empenho, em dias úteis e em horário compatível com o funcionamento do respectivo órgão, sendo de sua exclusiva responsabilidade o transporte, a descarga, a conferência dos materiais e o cumprimento das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

5.9. Os materiais serão recebidos:

5.9.1. Provisoriamente, no ato da entrega, após a verificação da conformidade dos produtos com as especificações e da documentação fiscal apresentada (Notas Fiscais);

5.9.2. Definitivamente, após a verificação da conformidade dos produtos com as especificações constantes neste Edital e em seus anexos e a consequente aceitação, que ocorrerá no prazo de até 03 (três) dias corridos, contados do recebimento provisório;

5.9.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 5.10.2. não ser realizada dentro do prazo fixado, reputar-se-á como efetuada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do referido prazo.

5.10. O aceite/aprovação dos produtos pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade, ou por divergências em relação às especificações estabelecidas, ainda que verificadas posteriormente.

5.11. Os produtos fornecidos em desacordo com as especificações estabelecidas ficarão sujeitos à imediata substituição pelo fornecedor, sem qualquer ônus para a Administração Pública Municipal.

5.12. Não serão aceitos produtos reconicionados, remanufaturados, reciclados, ou qualquer outra terminologia que indique a reutilização total ou parcial de materiais.

5.13. Eventual solicitação de prorrogação do prazo de entrega somente será analisada em caráter excepcional, sem efeito suspensivo, devendo ser formalizada por escrito, com antecedência mínima de 01 (um) dia do vencimento do prazo originalmente estipulado, acompanhada da documentação comprobatória apresentada pelo fornecedor.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

5.14. Demais regras se encontram estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do Edital.

CLÁUSULA SEXTA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A presente Ata de Registro de Preços, firmada entre a Prefeitura Municipal de Cachoeirinha e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º (primeiro) lugar em cada item no presente certame, terá o prazo de vigência de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, adotando como fundamento o artigo 22 do Decreto Federal nº 11.462/2023 e no artigo 187 da Lei 14.133/2021.

6.2. Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços nos termos do artigo 84 da Lei 14.133/2021 os quantitativos serão renovados, com fundamento no Enunciado CJF 42 e Parecer nº 00075/2024/Decor/CGU/AGU.

6.3. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura não será obrigada a adquirir o produto referido na Cláusula PRIMEIRA exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

6.4. O reajuste de preços decorrente das contratações realizadas com base nesta Ata observará como data-base a do orçamento estimado, elaborado no mês de março de 2026, em conformidade com o disposto no Decreto Municipal nº 5.807/2015, com a redação dada pelo Decreto Municipal nº 7.411/2022.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES

7.1. DA ADMINISTRAÇÃO:

- a) contratar com aquele que detém o preço registrado, ou em igualdade de condições, dar preferência ao mesmo se contratar por outra forma;
- b) Aplicar, garantidos a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações ocorridas na vigência da Ata de Registro de Preços, quando não decorrente de execução contratual;
- c) Solicitar uma quantidade mínima de 10% em cada compra;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

- d) Efetuar o pagamento do preço previsto em até 30 dias após o recebimento da Nota Fiscal;
- e) Verificar periodicamente se os preços da ATA estão compatíveis com os valores de mercado;
- f) Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;
- g) Comunicar à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- h) Notificar a CONTRATADA quando da aplicação de penalidades.

7.2. DO COMPROMITENTE:

- a) Atender, nas condições estabelecidas no Edital, todos os pedidos de contratação e manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação durante o período da vigência da Ata de Registro de Preços, bem como prestar informações formais aos Fiscais desta Ata sempre que solicitado;
- b) Garantir a qualidade dos produtos, ficando sujeita às penalidades previstas quando entregar os produtos em desconformidade com o que foi contratado;
- c) Atender as condições descritas no Termo de Referência;
- d) Responsabilizar-se pelo fornecimento do objeto do Registro de Preços, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a direta ou indiretamente, causar ou provocar à Contratante e a terceiros.
- e) O aceite/aprovação do(s) item(ns) pela Administração Municipal não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente.

CLÁUSULA OITAVA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

8.1. O CONTRATADO cometerá infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e do Decreto Municipal nº 7589, de 2022, se realizar as seguintes condutas:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO se incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) ADVERTÊNCIA, como instrumento de diálogo e correção de conduta, nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a aplicação de penalidade mais grave:

- I.1 – descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou contratual;
- I.2 – inexecução parcial de obrigação contratual de pequena relevância, a critério da Administração.

II) A sanção de IMPEDIMENTO DE LICITAR e CONTRATAR, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, será aplicada ao CONTRATADO, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, se:

- II.1 – der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, pelo período de um a dois anos.
- II.2 – dar causa à inexecução total do contrato, pelo prazo máximo de três anos.
- II.3 – deixar de entregar a documentação exigida para o certame, pelo prazo máximo de seis meses.
- II.4 – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, pelo prazo máximo de um ano.
- II.5 – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, pelo prazo máximo de um ano.
- II.6 – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, pelo prazo máximo de um ano.

III) A sanção de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, será aplicada ao CONTRATADO se:

- III.1 – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- III.2 – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III.3 – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- III.4 – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- III.5 – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

IV) A MULTA será aplicada observando-se os seguintes parâmetros:

- IV.1 – Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- IV.2 – Compensatória, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor adjudicado, se o CONTRATADO:
 - a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- IV.3 – Compensatória, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor adjudicado, quando o CONTRATADO não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- IV.4 – Compensatória, de 6% (seis por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;
- IV.5 – Compensatória, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;
- IV.6 – Compensatória, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de:
 - a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato;
 - b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
 - c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
 - d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - e) prática de ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º/08/2013;
 - f) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

8.3. Para os fins da aplicação das sanções previstas neste instrumento, considera-se inexecução total do contrato:

- I – recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

II – recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

8.4. Para os fins da aplicação da sanção de advertência considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Administração.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.7. Para aplicação de qualquer penalidade contratual, é imprescindível a prévia instauração de processo administrativo sancionatório, assegurando-se o contraditório e ampla defesa, e observadas as disposições do Decreto Municipal nº 7589, de 27/12/2023, em especial a apresentação de defesa prévia escrita no prazo de 15 dias úteis do recebimento da notificação.

8.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada, preferencialmente por meio eletrônico, pela autoridade competente.

8.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada nas seguintes hipóteses:

9.2. Quando o COMPROMITENTE:

- a) Descumprir as condições nela estabelecidas.
- b) Convocado, não comparecer para assinar a Ata, não aceitar a nota de empenho ou o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração Pública, sem justificativa aceitável.
- c) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art.156 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- d) Perder alguma das condições de habilitação durante a vigência da Ata.
- e) Não atender às convocações e diligências realizadas pela Administração.

9.3. Quando não for obtido êxito nas negociações decorrentes de revisão do preço registrado.

9.4. Quando ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior, que prejudique o cumprimento da Ata de Registro de Preços, devidamente comprovado e justificado por razão de interesse público ou a pedido do COMPROMITENTE.

9.5. Nas hipóteses previstas nesta cláusula, o beneficiário da Ata de Registro de Preços poderá, a critério da Administração, ser obrigado a garantir o fornecimento pelo prazo de trinta dias.

9.6. O cancelamento da Ata de Registro de Preços será formalizado por decisão de Processo Administrativo, devidamente motivada, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aqueles em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.5. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.6. O CONTRATANTE poderá realizar diligências para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.7. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado, permitindo auditorias solicitadas pelo contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Fica eleito o Foro de Cachoeirinha para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

10.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao COMPROMITENTE, em igualdade de condições.

10.3. É parte integrante desta Ata o(s) anexo(s) de registro de **Cadastro Reserva** de Fornecedores, conforme disposto no Art. 82 da lei 14.133/21.

10.4. A classificação do CADASTRO DE RESERVA não representa sua habilitação, fase pela qual será submetida somente por eventual substituição da fornecedora classificada como vencedora.

10.5. E, por estarem justos e combinados e de comum acordo com todas as cláusulas e condições aqui previstas, fica lavrado o presente contrato em 01 (uma) via, que será assinado pelas partes interessadas.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Cachoeirinha/RS, de de 2026.

JUSSARA MARIA DA SILVA

Prefeita